



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS



PLANO BIANUAL 2025 - 2026

CEARÁ EDIMPACTO

Plano Estadual de Economia de Impacto



Fortaleza



PLANO BIANUAL 2025 - 2026

CEARÁ EDIMPACTO

**Plano Estadual de
Economia de Impacto**

Apresentação Secretário
Domingos Filho

**COMITÊ ESTADUAL DE
NEGÓCIOS DE IMPACTO:
UMA PERSPECTIVA
INCLUSIVA VISIONÁRIA**



Vivemos um momento histórico para o desenvolvimento econômico e sustentável do estado do Ceará. Abraçamos a missão de articular e implementar a Política Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto, fomentando um ambiente favorável ao desenvolvimento de investimentos e negócios voltados para soluções sustentáveis e de impacto social positivo, por meio do Comitê Estadual de Negócios de Impacto (CENI).

O Ceni é uma perspectiva inclusiva visionária, um instrumento que fortalece o apoio a novos negócios, propõe, monitora, avalia e articula políticas públicas através da participação mútua e integrada de 17 instituições públicas, privadas e do terceiro setor para coordenar ações de articulação, fomento, regulação e monitoramento dentro do contexto local. O comitê incentiva o empreendedorismo social, a estruturação de instrumentos financeiros inovadores e a promoção da cultura de impacto nas políticas públicas cearenses.

A iniciativa do Governo do Ceará, por meio da Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SDE), e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), destaca o Ceará como um dos estados mais estruturados e preparados para consolidar um ecossistema de desenvolvimento sustentável e inclusivo. Nosso modelo cearense é construído sobre uma governança robusta e multissetorial. Nesse contexto, o estado se destaca em todo o país, formando um conjunto de elementos favoráveis para práticas de impacto.

O Ceará tem grande capacidade para ser uma potência econômica, verde e inclusiva e mais que estimular vertentes econômicas em prol do desenvolvimento econômico, potencializamos

perspectivas sustentáveis para o estado incentivando o empreendedorismo social e equitativo. O empreendedorismo social e ambiental são alternativas transformadoras para o nosso estado e para o nosso país, e o CENI representa uma estratégia visionária que legitima um futuro positivamente transformador, com mais dignidade e menos impactos ambientais.

Com isso, e com o compromisso do nosso presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e do nosso governador Elmano de Freitas da Costa, temos a certeza de apresentar neste material uma ferramenta sólida e consistente, de trabalho e resultados técnicos do CENI, decorrentes do empenho e esforços de todas as instituições cearenses envolvidas para honrar o principal objetivo deste comitê, de impulsionar políticas inclusivas e inovadoras em prol do desenvolvimento econômico e sustentável para o Ceará e para o Brasil.

Domingos Gomes de Aguiar Filho
**Secretário do Desenvolvimento
Econômico**



Apresentação
PRESIDENTE DO CENI
Secretário Rennys Frota

O Ceará tem demonstrado ao Brasil que é possível pensar e praticar desenvolvimento de forma inovadora, sustentável e inclusiva. A consolidação do Comitê Estadual de Negócios de Impacto (CENI) é a expressão dessa visão: uma governança multissetorial que une governo, setor privado, academia e sociedade civil em torno de um propósito comum — gerar impacto socioambiental positivo aliado à sustentabilidade econômica.

O Plano Estadual de Economia de Impacto do Ceará – Ceará EdImpacto é o alicerce dessa estratégia. Ao integrar desenvolvimento socioeconômico e sustentabilidade, promove um ambiente capaz de estimular investimentos e criar negócios que, ao mesmo tempo, geram valor econômico e transformam realidades sociais. Essa articulação se fortalece ainda mais com a adesão do estado ao Sistema Nacional de Economia de Impacto (Simpacto), alinhando-nos à estratégia nacional e reforçando o protagonismo do Ceará no cenário de impacto no Brasil.

Esse plano se estrutura como verdadeiro instrumento de governança colaborativa. Define padrões éticos e sociais para os negócios de impacto, reúne e articula stakeholders estratégicos, fomenta a criação de novos empreendimentos por meio de mecanismos financeiros inovadores, adota metodologias de transparência e acompanhamento e simplifica o ambiente de negócios. Cada ação reforça a responsabilidade compartilhada e a visão de futuro que move o CENI.

O trabalho coletivo que apresentamos aqui, resultado do empenho de 17 instituições públicas, privadas e do terceiro setor, demonstra que o Ceará não está apenas acompanhando uma agenda global, mas está construindo o seu próprio modelo de desenvolvimento sustentável, verde e inclusivo. Mais do que um plano técnico, este é um pacto de futuro.

Reafirmamos nosso compromisso de fortalecer o empreendedorismo social e ambiental como alternativas transformadoras. Este plano é uma ferramenta de ação e de monitoramento, mas, sobretudo, é um convite à corresponsabilidade: cada ator envolvido tem papel essencial para que o Ceará siga sendo referência em inovação, impacto e desenvolvimento inclusivo.

Estamos construindo, juntos, uma estratégia de impacto que inspira, transforma e projeta o Ceará como protagonista de um futuro mais justo, sustentável e digno para todos.

Francisco Rennys Aguiar Frota
Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna - SDE
Presidente do Comitê Estadual de Negócios de Impacto - CENI

Apresentação
IMPACT HUB FORTALEZA

Michelle Ribeiro
Co-fundadora



O Impact Hub Fortaleza integra a maior rede global de inovação e impacto, presente em mais de 120 cidades e 60 países. No Brasil, a rede conta com mais de 14 unidades em operação, localizadas em regiões estratégicas e em expansão para o Nordeste e o Norte, refletindo o compromisso de interiorizar e diversificar a agenda de impacto. Essa presença nacional e internacional conecta pessoas, organizações e governos em torno de um propósito comum: gerar soluções para os grandes desafios sociais e ambientais do nosso tempo.

Ao chegar a Fortaleza, o Impact Hub traz consigo o acúmulo de experiências da rede no Brasil e no mundo, com a proposta clara de atuar como organização estruturante do ecossistema de impacto no Ceará. Nosso papel é criar ambientes de colaboração, apoiar empreendedores e empreendedoras em diferentes estágios e ampliar a densidade das conexões entre sociedade civil, setor privado e governo. Mais do que abrigar iniciativas, buscamos articular redes e oferecer instrumentos práticos para transformar ideias em negócios sustentáveis e em soluções que gerem impacto positivo no território.

O apoio ao Comitê Estadual de Negócios de Impacto (CENI) e à política estadual de impacto reflete essa intencionalidade. Atuamos como parceiros estratégicos, trazendo capacidade metodológica, técnica e de articulação, mas também colocando em prática a visão de que negócios e impacto caminham juntos. Ao conectar experiências nacionais e internacionais ao contexto local, o Impact Hub Fortaleza contribui para que a política pública seja implementada com mais consistência e alcance.

Nosso engajamento nessa política é também um compromisso com o futuro: consolidar o Ceará como referência nacional em economia de impacto, alinhado às diretrizes do Plano Decenal da Enimpecto e atento às especificidades do território. Assim, reafirmamos nossa convicção de que o impacto positivo nasce da colaboração e da capacidade de empreender soluções inovadoras que transformem realidades de forma duradoura.

Michelle Ribeiro

Co-fundadora do Impact Hub Fortaleza



Apresentação Carla Esmeraldo
**COORDENADORA COALIZÃO
PELO IMPACTO FORTALEZA**

A Coalizão pelo Impacto é uma iniciativa multissetorial criada para fortalecer os ecossistemas de impacto socioambiental no Brasil. Em seu quarto ano de atuação, consolida-se como uma estratégia que combina mobilização de capital, apoio técnico e articulação de redes locais, sempre com o objetivo de ampliar as condições para que negócios de impacto prosperem e gerem transformações sociais e ambientais consistentes.

Planejada para atuar em seis cidades estratégicas — Belém, Fortaleza, Brasília, Campinas, Paranaguá e Porto Alegre —, a Coalizão parte da compreensão de que o desenvolvimento do campo exige presença territorial, diversidade de atores e articulação entre iniciativas locais e nacionais. Cada cidade funciona como laboratório de práticas, contribuindo para gerar aprendizados que fortalecem os ecossistemas locais e potencializam a agenda de impacto no país.

A iniciativa tem o Instituto de Cidadania Empresarial (ICE) como secretaria-executiva e reúne um conjunto de co-realizadores e parceiros estratégicos que dão densidade ao movimento. Entre eles estão o Instituto Helda Gerdau, Humanize e Somos Um, além de organizações como Cosan, Itaúsa, Fundação Grupo Boticário, Fundação Educar, Fundação FEAC, Instituto Beja, Instituto Sabin e RD Saúde, que atuam como parceiras-chave no financiamento e no apoio às ações.

Em Fortaleza, a Coalizão pelo Impacto apoia o CENI, reforçando a política estadual de economia de impacto. Sua presença no estado traz legitimidade e consistência, ao mesmo tempo em que amplia as condições para que empreendedores locais tenham acesso a conhecimento, redes e oportunidades. Ao apoiar a política, a Coalizão também contribui para consolidar o Ceará como um dos estados de referência no campo do impacto no Brasil.

Nosso compromisso é seguir somando forças para que a política estadual de impacto ganhe capilaridade e alcance real. A Coalizão pelo Impacto reafirma-se como parceira estratégica do Ceará, trazendo recursos, metodologias e conexões que ajudam a estruturar o ecossistema local, ao mesmo tempo em que abrem caminhos para que negócios de impacto se consolidem como motores de transformação socioeconômica.

Carla Esmeraldo

Coordenadora da Coalizão pelo Impacto Fortaleza

Ficha Técnica

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Elmano de Freitas da Costa

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DO CEARÁ

Jade Afonso Romero

SECRETÁRIO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Domingos Gomes de Aguiar Filho

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Francisco Rennys Aguiar Frota

EQUIPE TÉCNICA

Eduardo Neto Moreira de Souza

Ivna Baquit Campos Bastos

Luana Lima Bandeira Araujo

Maria Josenira Pedrosa Cavalcante

CONSULTORIA TÉCNICA

IMPACT HUB FORTALEZA

Michelle Ribeiro

COALIZÃO PELO IMPACTO

Carla Esmeraldo Oliveira

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Luciana Ferreira de Albuquerque (Adece)

COMITÊ ESTADUAL DE NEGÓCIOS DE IMPACTO – CENI

PRESIDENTE

Francisco Rennys Aguiar Frota

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Luana Lima Bandeira Araújo

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ - ADECE

Eduardo Neto Moreira de Souza

Luana Lima Bandeira Araújo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ - ALECE

Deputado João Salmito Filho

Deputado Guilherme de Figueiredo Sampaio

ASSOCIAÇÃO SOMOS UM

Ticiane Holanda Rolim Queiroz

Andreia Lopes Cardoso

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO CEARÁ

Odilio Coimbra Rocha Júnior

Raimundo Feitosa Carvalho Gomes

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO

Joel José Puga Coelho Rodrigues

Marcos Pompeu de Sousa Brasil

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ

Paulo André de Castro Holanda

Danadette Nunes Costa Souza

FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Raimundo Nogueira da Costa Filho

Jorge Barbosa Soares

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL
José Aires Pinheiro
Ravel Mendonça de Matos Lima

INSTITUTO DE CIDADANIA EMPRESARIAL
Beatriz Cunha Fiúza Barros
Beto Scretas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ
Eduardo Jereissati de Azevedo
Cláudia Albuquerque da Silva Alencar Linard

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO CEARÁ
Francisco Rennys Aguiar Frota
Vicente Ferrer Augusto Gonçalves

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO CEARÁ
Alci Porto Gurgel Junior
Francisco Pedro Silva Neto

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTADO DO CEARÁ
Sandra Maria Nunes Monteiro
Sarah Monteiro Galdino

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
Wesley Sousa Chaves
James Antonio Ferreira Uchoa

SECRETARIA DO TRABALHO DO CEARÁ
Renan Ridley de Almeida Sousa
Maria Evany Pompeu de Amorim

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
Jefferson Teixeira de Souza
Leonardo Sampaio Rocha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Josimeire de Araújo Gonçalves
Maria da Conceição Ferreira de Oliveira

CO-LÍDERES DOS EIXOS TEMÁTICOS DO COMITÊ ESTADUAL DE NEGÓCIOS DE IMPACTO

EIXO 1

AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE CAPITAL

Ravel Mendonça de Matos Lima

Renan Ridley de A. Sousa

EIXO 2

AUMENTO DO NÚMERO DE NEGÓCIOS DE IMPACTO

Alci Porto Gurgel Junior

Ticiane Holanda Rolim Queiroz

EIXO 3

FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Joel José Puga C. Rodrigues

Sandra Maria Nunes Monteiro

EIXO 4

PROMOÇÃO DE MACROAMBIENTE INSTITUCIONAL E NORMATIVO FAVORÁVEL AOS INVESTIMENTOS DE NEGÓCIOS DE IMPACTO

Eduardo Jereissati de Azevedo

Deputado João Salmito Filho

EIXO 5

PROMOÇÃO E ARTICULAÇÃO INTERFEDERATIVA COM MUNICÍPIOS E OUTROS ESTADOS

Beatriz Cunha Fiúza Barros

Francisco Rennys Aguiar Frota

EIXO 6

FOMENTO E DISSEMINAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE ECONOMIA DE IMPACTO

Raimundo Nogueira da C. Filho

Josimeire de Araújo Gonçalves

APRESENTAÇÃO

Secretário Domingos Filho,
Presidente do CENI, Secretário Rennys Frota,
Impact Hub,
Coalizão Pelo Impacto Fortaleza,

■ PARTE I

Bases do Processo, 13

■ PARTE II

Planos de Trabalho por Eixo (GTs), 19

■ APÊNDICE

Quadro consolidado do Plano
de Trabalho, 44

PARTE I

Bases do Processso

Contexto e Intencionalidade

A política de impacto no Ceará encontra-se em **fase inicial de implementação**, marcada por caráter experimental e de aprendizagem. Este Plano de Trabalho tem como propósito alinhar expectativas, gerar sinergia entre os membros do Comitê Estadual de Negócios de Impacto (CENI) e organizar as primeiras entregas em um ciclo curto de execução.

Mais do que oferecer respostas definitivas, o plano busca estabelecer um caminho compartilhado, articulando diferentes atores e acumulando aprendizados que subsidiem ciclos futuros da política.

O Plano Decenal da Enimpecto (2021–2030), coordenado pelo MDIC, constitui a principal referência nacional, estruturado em cinco eixos estratégicos:

1. **Aumento do número de negócios de impacto;**
2. **Ampliação da oferta de capital;**
3. **Fortalecimento de organizações intermediárias;**
4. **Promoção de ambiente institucional e normativo favorável;**
5. **Articulação interfederativa.**

A realidade cearense, entretanto, apresenta desafios próprios: **desigualdade territorial, com concentração das iniciativas em Fortaleza; escassez de financiamento acessível a nano e microempreendedores; baixa integração interfederativa, já que poucos municípios incorporaram a pauta; e fragilidade institucional que compromete a sustentabilidade de médio e longo prazo.**

Nesse processo, o Ceará inovou ao instituir um Eixo 6, dedicado à produção de evidências e ao monitoramento, reforçando a tradição estadual de integrar ciência e gestão pública e posicionando-se como referência federativa da agenda de impacto.

A trajetória institucional só foi possível devido à mobilização social iniciada em 2017, quando organizações da sociedade civil, empreendedores e investidores articularam atores do legislativo e do executivo estadual em torno da pauta de impacto, destacando de forma muito expressiva a atuação da Somos Um na pessoa da sua fundadora Ticiane Rolim Queiroz. Esse movimento pioneiro abriu caminho para que, no tempo presente, iniciativas como o Impact Hub Fortaleza e a Coalizão pelo Impacto fortaleçam a governança e contribuam para a consolidação do CENI.

A intencionalidade do plano é clara: **alinhar-se ao marco estratégico nacional, mas com adaptação ao contexto cearense, assegurando capilaridade territorial, governança robusta e geração de valor público. A política busca alcançar não apenas grandes organizações, mas também empreendedores periféricos, nano e microempreendedores, consolidando o Ceará como referência na agenda de impacto no Brasil.**

Referências Teóricas e Técnicas

A construção do Plano de Trabalho do CENI fundamenta-se em um conjunto de **referências normativas, conceituais, metodológicas e técnicas** que asseguram consistência e legitimidade.

NORMATIVAS: o Plano Decenal da Enimpecto (2021-2030) constitui o marco estratégico nacional, estruturado em cinco eixos. No Ceará, esse referencial foi adaptado por meio da **Lei nº 17.671/2021**, regulamentada em 2023 com a criação do CENI. Além disso, o Estado inovou ao instituir um **Eixo 6**, voltado à produção de evidências, em sintonia com a tradição local de articular ciência e gestão pública.

CONCEITUAIS: três campos de conhecimento orientam a formulação e execução do plano:

- i. **Governança pública** - entendida como arranjo colaborativo entre Estado, mercado e sociedade civil, em linha com Osborne (2010). No contexto brasileiro, Souza (2006) destaca a importância da coordenação federativa e interinstitucional, enquanto Diniz (1996) contribui com uma leitura histórica sobre os limites e desafios da governabilidade. Esses aportes reforçam a necessidade de uma governança multissetorial e multiescalar, que é a base de atuação do CENI.
- ii. **Avaliação de políticas públicas** - compreendida não apenas como aferição de resultados, mas como processo de aprendizagem adaptativa. A Avaliação em Desenvolvimento, proposta por Patton (2011), inspira o caráter experimental e iterativo deste plano, enquanto Jannuzzi (2017) aporta ferramentas para o uso de indicadores de desempenho que asseguram monitoramento sistemático.
- iii. **Economia de impacto** - campo em consolidação, com contribuições relevantes no Brasil e no cenário internacional. Comini et al. (2022) analisam os negócios sociais e a expansão do ecossistema brasileiro; Mulgan (2019) oferece fundamentos para a inovação pública orientada a impacto; e Belinky & Cerqueira (2023) discutem a relação crítica entre impacto, ESG e alocação de capital, tema central para alinhar a política cearense a tendências globais.

METODOLÓGICAS: orientam o “como fazer” do plano:

- | | | |
|---|--|---|
| <p>i. Sociocracia e liderança sistêmica, que fortalecem a horizontalidade da governança e a corresponsabilidade dos membros do CENI.</p> | <p>ii. Facilitação participativa (Kaner, 2014; Brown, 2010), essencial para mediação de tensões e construção de consensos em processos multissetoriais.</p> | <p>iii. Design participativo e aprendizagem vivencial, que reforçam o caráter experimental do ciclo curto e o princípio de “aprender fazendo”.</p> |
|---|--|---|

TÉCNICAS: o plano dialoga com instrumentos já existentes, como o Simpacto e o Cadimpacto, que apoiam a articulação interfederativa e o monitoramento nacional, além de se beneficiar do acervo de metodologias e conhecimento aplicado produzido pelo ICE e pela Academia ICE, referências para a consolidação do campo no Brasil.

Assim, o Ceará combina bases normativas nacionais, contribuições conceituais robustas, metodologias participativas e instrumentos técnicos, compondo uma estratégia que valoriza tanto a **substância da política** quanto a **forma de sua implementação**.

Metodologia

A metodologia adota uma lógica experimental e colaborativa, coerente com a fase inicial da política no Ceará. Este é um ciclo curto de implementação, com foco em alinhar expectativas, criar sinergias entre os membros do CENI e testar instrumentos de governança e articulação.

A condução baseia-se em princípios de governança sociocrática, com papéis distribuídos, decisões por consentimento e círculos de responsabilidade. Esse arranjo favorece maior horizontalidade e engajamento coletivo, reduzindo assimetrias.

A operacionalização é sustentada pela facilitação participativa, que promove mediação de tensões e construção coletiva de consensos entre atores diversos. Cada oficina ou etapa gera resultados concretos, conectados aos cinco eixos da Enimpacto e ao Eixo 6 criado pelo Ceará.

A programação das oficinas (agosto de 2025) estruturou o processo participativo de elaboração do Plano, com encontros temáticos dedicados a cada eixo estratégico.

Estrutura dos Eixos

O Plano organiza-se em seis eixos temáticos, que funcionam como linhas estratégicas de ação. Cada eixo segue a mesma arquitetura:

- 1. Contexto** – cenário nacional e estadual que justifica o eixo.
- 2. Desafios mapeados** – barreiras identificadas no processo participativo.
- 3. Ações estratégicas e entregas** – soluções propostas, com entregas verificáveis.
- 4. Estratégias de implementação** – formas de articulação institucional.
- 5. Monitoramento** – indicadores principais e de processo.
- 6. Interfaces** – conexões com outros GTs, evitando sobreposição.
- 7. Riscos e premissas** – fatores críticos e condições necessárias para viabilizar a execução.

Visão Geral das Ações por Eixo

Eixo	Tema	Nº de Ações Estratégicas
I	Ampliação da Oferta de Capital para Negócios de Impacto	4
II	Aumento do Número de Negócios de Impacto	4
III	Fortalecimento de Organizações Intermediárias	4
IV	Promoção de Ambiente Institucional e Normativo Favorável	4
V	Articulação Interfederativa	4
VI	Fomento e Disseminação de Estudos e Pesquisas sobre Economia de Impacto	4
Total		24

PARTE II

Planos de Trabalho por Eixo (GTs)

GT1 – Eixo I: Ampliação da Oferta de Capital para a Economia de Impacto

Objetivo	Fortalecer mecanismos financeiros para investimentos em negócios de impacto, incluindo crédito, fomento, incentivos fiscais e investimentos privados e públicos.
Co-lideranças	BNB – Ravel Mendonça de M. Lima Representante: Severino Pires de Sousa Filho SET – Renan Ridley de Almeida Sousa Representante: Maria Evany Pompeu de Amorim
Organizações-membro	ADECE Banco do Nordeste (BNB) FAEC FECOMÉRCIO FIEC FUNCAP SEFAZ SET – Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo

1. Contexto do GT

O GT1 está vinculado ao Eixo I da Enimpecto, que trata da ampliação da oferta de capital. O Ceará possui ativos relevantes, como a atuação do BNB, os bancos comunitários, programas estaduais de fomento e a presença de entidades representativas do setor produtivo. Contudo, a maioria dos negócios de impacto ainda enfrenta barreiras no acesso a crédito, ausência de instrumentos financeiros adaptados aos seus ciclos de vida, limitações para nano e microempreendedores e pouca interiorização das oportunidades. Além disso, desafios regulatórios e de letramento dificultam o acesso, sendo tratados de forma complementar nos GTs 2 e 4.

2. Desafios mapeados

TIPO	DESAFIO
Crédito	Falta de produtos financeiros adequados aos ciclos de vida dos negócios de impacto.
Interiorização e Ruralidade	Dificuldade de acesso ao crédito em territórios fora da RMF; cadeias produtivas frágeis.
Comunicação e Letramento*	Baixa acessibilidade às oportunidades de fomento devido a exigências técnicas complexas.
Regras e Institucionalidade*	Excesso de burocracia e baixa integração entre instrumentos públicos e privados.

**Nota: os desafios relacionados a comunicação/letramento e regras/institucionalidade, serão tratados, respectivamente, nos GT2 (Negócios de Impacto) e GT4 (Ambiente Institucional e Normativo). Estes desafios permanecem listados no GT1 como interfaces, pois se relacionam com a oferta de capital.*

3. Ações Estratégicas e Entregas

Criar e adaptar linhas de crédito diferenciadas para negócios de impacto.

ENTREGAS	critérios de elegibilidade publicados (2025.2); primeira chamada operacional (2026.1).
INDICADORES	volume de crédito concedido; nº de negócios atendidos

Estruturar instrumentos de investimento híbridos (fundos de co-investimento, blended finance).

ENTREGAS

rodada de articulação com fundos nacionais/internacionais (2025.2); operação ativa no Ceará (2026.1).

INDICADORES

nº de fundos atuantes;
volume de recursos mobilizados.

Fortalecer bancos comunitários e programas de microcrédito de impacto.

ENTREGAS

programa piloto de expansão (2025.2); interiorização em 3 novos territórios (2026.1).

INDICADORES

nº de famílias beneficiadas;
volume de microcrédito concedido.

Priorizar setores estratégicos (energia renovável, bioeconomia, economia criativa e turismo sustentável).

ENTREGAS

diagnóstico de demanda setorial (2025.2); lançamento de editais temáticos (2026.1).

INDICADORES

nº de negócios apoiados por setor;
volume de recursos setoriais.

4. Estratégias de Implementação

- A. Articular com agentes financeiros públicos, estaduais e privados, bem como com redes de investidores de impacto, para mobilizar recursos.
- B. Estimular arranjos de blended finance, combinando recursos públicos, privados e filantrópicos.
- C. Fortalecer bancos comunitários e expandir programas de microcrédito em territórios prioritários.
- D. Trabalhar em sinergia com GT2 (para letramento e preparação dos negócios) e GT4 (para ajustes normativos que viabilizem os instrumentos).
- E. sultados em plataforma de dados (Cadimacto) sob coordenação do GT6.

5. Monitoramento

INDICADORES PRINCIPAIS:

volume de crédito mobilizado;
nº de negócios beneficiados; %
de operações fora da RMF.

INDICADORES DE PROCESSO:

tempo médio de liberação de
crédito; nº de instrumentos
financeiros implementados.

FONTE:

relatórios de agentes
financeiros; bases comunitárias;
Cadimacto.

6. Interfaces GTs

GT2 (NEGÓCIOS DE IMPACTO):

fortalecimento de competências
e letramento financeiro
para ampliar acesso às
oportunidades.

GT4 (AMBIENTE INSTITUCIONAL E NORMATIVO):

simplificação de regras e
adequação regulatória para
viabilizar instrumentos
financeiros.

GT6 (DADOS E MONITORAMENTO):

coleta e integração de dados de
crédito e investimentos.

7. Riscos e Premissas

RISCOS

baixa adesão de agentes
financeiros; restrições
orçamentárias; capacidade
limitada de empreendedores
acessarem crédito.

PREMISSAS

apoio institucional contínuo;
coordenação federativa via
Enimacto; engajamento
progressivo de redes de apoio.

GT2 – Eixo II: Aumento do Número de Negócios de Impacto

Objetivo	Impulsionar o surgimento e a consolidação de negócios com impacto socioambiental positivo, por meio da formação, do apoio ao desenvolvimento e da integração a políticas públicas e cadeias produtivas.
Co-lideranças	SEBRAE Alci Porto Gurgel Júnior Representante: Francisco Pedro Silva Somos Um Ticiania Holanda Rolim Queiroz Representante: Andreia Cardoso
Organizações-membro	FAEC FECOMÉRCIO FIEC ICE SEBRAE SDE SECITECE SET Somos Um

1. Contexto do GT

O GT2 está vinculado ao Eixo II da Enimpecto, que trata da ampliação do número de negócios de impacto no país. No Ceará, observa-se concentração das iniciativas em Fortaleza e baixa maturidade de empreendimentos, especialmente entre nano e microempreendedores. O desafio deste eixo é estruturar uma carteira robusta, diversa e territorializada de negócios de impacto, em sintonia com as ações de capital (GT1), de fortalecimento das intermediárias (GT3) e de territorialização (GT5).

2. Desafios mapeados

TIPO	DESAFIO
Maturidade dos negócios	Predomínio de empreendimentos em estágio inicial, com baixa estruturação.
Territorialização	Forte concentração em Fortaleza e baixa presença no interior.
Apoio técnico	Escassez de programas contínuos de incubação e aceleração.
Acesso a mercados	Dificuldade de inserção em cadeias produtivas e compras públicas.

3. Ações estratégicas e entregas

Expandir programas de incubação e aceleração para negócios de impacto.

ENTREGAS	pilotos regionais (2025.2); consolidação de programas permanentes em polos estratégicos (2026.1).
INDICADORES	nº de negócios incubados/acelerados; taxa de sobrevivência após 12

Ampliar a presença territorial de negócios de impacto.

ENTREGAS

diagnóstico por território (2025.2);
programas implementados em pelo menos
3 regiões fora da RMF (2026.1).

INDICADORES

% de negócios apoiados no interior;
nº de territórios contemplados.

Ofertar capacitação contínua em gestão, finanças e impacto.

ENTREGAS

trilhas formativas modulares lançadas
(2025.2); 3 ciclos completos realizados
(2026.1).

INDICADORES

nº de empreendedores capacitados;
diversidade (gênero, raça, juventude).

Conectar negócios de impacto a mercados e políticas públicas.

ENTREGAS

piloto de compras públicas e cadeias
produtivas locais (2025.2); escalonamento
em setores estratégicos (2026.1).

INDICADORES

nº de contratos firmados; volume de
vendas via conexões de mercado.

4. Estratégias de implementação

- A. Mobilizar programas de apoio empresarial, incubadoras, aceleradoras e instituições de ensino para ampliar programas de formação e acompanhamento.
- B. Estimular a inserção dos negócios em cadeias produtivas, compras públicas e mercados privados.
- C. Promover iniciativas de interiorização, em articulação com consórcios regionais e arranjos produtivos locais.
- D. Integrar informações sobre negócios apoiados ao Cadimparto, em cooperação com o GT6.

5. Monitoramento

- **INDICADORES PRINCIPAIS:**
- nº de negócios apoiados; % de negócios fora da RMF; nº de negócios consolidados.
- **INDICADORES DE PROCESSO:**
- nº de programas ativos; taxa de conclusão das trilhas formativas.
- **FONTE:**
- relatórios de programas de apoio, Cadimparto.

6. Interfaces GTs

- **GT1 (CAPITAL):**
- preparação dos negócios para acessar crédito e investimento.
- **GT3 (INTERMEDIÁRIAS):**
- integração de incubadoras, aceleradoras e hubs nos programas de apoio.
- **GT5 (TERRITORIALIZAÇÃO):**
- fortalecimento da presença de negócios em municípios e consórcios regionais.
- **GT6 (DADOS E MONITORAMENTO):**
- coleta e integração de informações sobre negócios apoiados.

7. Riscos e premissas

RISCOS	PREMISSAS
baixa adesão de empreendedores; fragilidade das organizações de apoio; escassez de recursos para programas contínuos.	articulação com redes locais de empreendedorismo; apoio institucional das políticas públicas; integração com o ecossistema nacional.

GT3 – Eixo III: Fortalecimento das Organizações Intermediárias

Objetivo	Fortalecer as organizações que atuam como ponte entre investidores e empreendedores, oferecendo apoio técnico, capital semente e articulação em rede.
Co-lideranças	SECITECE – Sandra Monteiro Representante: Sarah Galdino Monteiro Fecomércio – Joel Rodrigues Representante: Marcos Pompeu
Organizações-membro	FECOMÉRCIO FIEC ICE SECITECE Somos Um

1. Contexto do GT

O GT3 está vinculado ao Eixo III da Enimpecto, que trata do fortalecimento de organizações intermediárias. Essas instituições — incubadoras, aceleradoras, hubs e entidades de apoio — desempenham papel estratégico na preparação de empreendedores, na articulação de redes e na interiorização da política. No Ceará, entretanto, enfrentam desafios de sustentabilidade financeira, integração institucional e baixa presença fora da Região Metropolitana de Fortaleza. Avançar neste eixo significa estruturar organizações de apoio sólidas e articuladas, capazes de dar suporte contínuo ao desenvolvimento de negócios de impacto.

2. Desafios mapeados

TIPO	DESAFIO
Identidade institucional	Diferença de modelos, porte e foco das intermediárias dificulta integração.
Sustentabilidade	Baixa sustentabilidade financeira e dependência de recursos por editais.
Territorialização	Forte concentração em Fortaleza, baixa presença no interior.
Métricas de impacto	Ausência de indicadores comuns para avaliar desempenho e resultados.

3. Ações estratégicas e entregas

Ampliar a sustentabilidade financeira das organizações intermediárias.

ENTREGAS	diagnóstico sobre modelos de receita (2025.2); piloto de fundo ou programa de apoio financeiro (2026.1).
INDICADORES	nº de organizações com modelo de receita diversificado; % de organizações com orçamento anual estável

Ofertar programas de capacitação e intercâmbio para intermediárias.

ENTREGAS

lançamento de trilha formativa (2025.2);
2 ciclos concluídos (2026.1).

INDICADORES

nº de organizações participantes; taxa de conclusão dos programas.

Interiorizar a atuação das intermediárias.

ENTREGAS

mapeamento das regiões prioritárias (2025.2); pelo menos 2 programas implementados no interior (2026.1).

INDICADORES

nº de territórios atendidos; % de organizações atuando fora da RMF.

Consolidar rede estadual de apoio às intermediárias.

ENTREGAS

criação de espaço colaborativo (2025.2); publicação de boas práticas e diretrizes comuns (2026.1).

INDICADORES

nº de organizações integradas à rede; nº de práticas padronizadas disseminadas.

4. Estratégias de implementação

- A. Articular com instituições de ensino e pesquisa, entidades empresariais e redes do ecossistema de impacto para apoiar programas de capacitação e interiorização.
- B. Estimular mecanismos de sustentabilidade financeira, como fundos de apoio, editais e parcerias público-privadas.
- C. Promover espaços de intercâmbio e boas práticas entre organizações intermediárias.
- D. Integrar informações sobre atuação das intermediárias ao Cadimacto (GT6).

5. Monitoramento

- **INDICADORES PRINCIPAIS:**
- nº de organizações fortalecidas;
- % de intermediárias atuando no interior; nº de programas implementados.
- **INDICADORES DE PROCESSO:**
- nº de organizações participantes em trilhas de capacitação; % de organizações com modelo de receita estável.
- **FONTE:**
- relatórios de programas,
- Cadimacto.

6. Interfaces GTs

- **GT2 (NEGÓCIOS DE IMPACTO):**
- integração de programas de apoio aos empreendedores.
- **GT5 (TERRITORIALIZAÇÃO):**
- presença das intermediárias em municípios e consórcios regionais.
- **GT6 (DADOS E MONITORAMENTO):**
- indicadores de desempenho das intermediárias.

7. Riscos e premissas

RISCOS	PREMISSAS
dependência excessiva de recursos externos; baixa adesão das intermediárias; fragilidade institucional em regiões do interior.	apoio de entidades empresariais; interesse das organizações em integrar-se em rede; articulação com programas nacionais.

GT4 – Eixo IV: Promoção de Ambiente Institucional e Normativo Favorável aos Investimentos e Negócios de Impacto

Objetivo	Consolidar um ambiente institucional e normativo favorável à economia de impacto no Ceará, reduzindo barreiras burocráticas, promovendo incentivos fiscais e fortalecendo a integração com a política nacional (Enimpecto).
Co-lideranças	Assembleia Legislativa - Deputado Salmito Filho Representante: Marcio Pontes JUCEC – Junta Comercial do Estado do Ceará – Eduardo Jereissati Representante: Claudia Linardi
Organizações-membro	ADECE ALECE JUCEC SEFAZ SDE

1. Contexto do GT

O GT4 está vinculado ao Eixo IV da Enimpecto (Plano Decenal 2021–2030), que trata da promoção de um ambiente regulatório e normativo favorável à economia de impacto. O Ceará foi pioneiro ao instituir a Lei nº 17.671/2021, criando a Política Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto, e ao regulamentá-la em 2023, com a instalação do CENI. São considerados desafios deste eixo: a excessiva burocracia para acessar instrumentos públicos e mais clareza regulatória sobre os investimentos em negócios de impacto. Avançar neste eixo significa transformar o marco legal em prática efetiva, simplificando regras, estruturando incentivos e fortalecendo a integração federativa.

2. Desafios mapeados

TIPO	DESAFIO
Burocracia	Excesso de exigências e barreiras para acessar instrumentos públicos e programas.
Incentivos ao fomento	Ausência de mecanismos adequados para investimentos
Clareza regulatória	Falta de normas específicas sobre investimentos e negócios de impacto.
Integração federativa	Baixa articulação das normas estaduais com a Enimpecto e políticas nacionais.

3. Ações estratégicas e entregas

Regulamentar de forma complementar a Lei 17.671/2021.

ENTREGAS	estudo sobre regulamentação (2025.2); publicação de decreto/portaria (2026.1).
INDICADORES	nº de normas regulamentares publicadas; clareza normativa percebida por atores do ecossistema.
ABRANGÊNCIA DA REGULAMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:	critérios de enquadramento de negócios de impacto, procedimentos de adesão de municípios/consórcios, incentivos fiscais/financeiros e diretrizes para integração de dados (Cadimpecto e Simpecto)

Estruturar mecanismos de incentivos fiscais e financeiros para negócios de impacto.

ENTREGAS

estudo de impacto fiscal (2025.2);
proposta de regulamentação enviada para análise (2026.1).

INDICADORES

nº de incentivos implementados; volume de recursos mobilizados via incentivos.

Simplificar normas de acesso para nano e microempreendedores.

ENTREGAS

guia normativo simplificado (2025.2);
revisão de pelo menos 2 regulamentos estaduais (2026.1).

INDICADORES

tempo médio de tramitação; nº de empreendedores beneficiados.

Fortalecer integração normativa com a Enimpecto.

ENTREGAS

participação em fóruns nacionais e reuniões com MDIC (2025.2); proposta de harmonização normativa apresentada (2026.1).

INDICADORES

nº de articulações federativas realizadas;
nº de ajustes normativos incorporados.

4. Estratégias de implementação

- A. Articular com órgãos estaduais de finanças, planejamento e regulação, instâncias legislativas e entidades empresariais para revisar e propor normas.
- B. Produzir estudos técnicos de impacto fiscal e regulatório como base para decisões.
- C. Estimular a integração federativa com o MDIC e a Enimpecto.
- D. Integrar resultados e normativas ao Cadimpecto (GT6).

7. Riscos e premissas

Riscos	PREMISSAS
resistência política a mudanças normativas; complexidade jurídica dos incentivos; baixa capacidade técnica para revisão regulatória.	apoio institucional da Casa Civil e órgãos fazendários; diálogo contínuo com atores do ecossistema; integração com o marco nacional da Enimpecto.

5. Monitoramento

INDICADORES PRINCIPAIS:

nº de normas publicadas/revisadas;
nº de incentivos regulamentados;
% de empreendedores que relatam redução de barreiras.

INDICADORES DE PROCESSO:

tempo médio de tramitação de normas; nº de estudos técnicos produzidos.

FONTE:

registros oficiais do governo;
Cadimpecto.

6. Interfaces GTs

GT1 (ACESSO A CAPITAL):

integração regulatória para instrumentos financeiros.

GT2 (NEGÓCIOS DE IMPACTO):

simplificação normativa para empreendedores.

GT5 (TERRITORIALIZAÇÃO):

adequação normativa para municípios e consórcios.

GT6 (DADOS E MONITORAMENTO):

consolidação de normas e indicadores de ambiente institucional.

GT5 – Eixo V: Articulação Interfederativa com Estados e Municípios no Fomento à Economia de Impacto

Objetivo	Territorializar a política de impacto no Ceará, articulando estado, municípios e consórcios regionais, com diretrizes normativas padronizadas, integração de dados e mecanismos de escala para os negócios de impacto.
Co-lideranças	SDE - Secretaria do Desenvolvimento Econômico – Rennys Frota ICE - Instituto de Cidadania Empresarial: Michelle Ribeiro
Organizações-membro	ALECE ICE JUCEC SEFAZ SDE SECITECE

1. Contexto do GT

O GT5 está vinculado ao Eixo V da Enimpecto (Plano Decenal 2021-2030), que trata da articulação interfederativa entre União, Estados e Municípios. No Ceará,

essa dimensão foi adaptada para a realidade estadual, priorizando a articulação entre Estado, municípios e consórcios regionais como forma de territorializar a política. A intenção do plano cearense é detalhar mecanismos operacionais — diretrizes normativas padronizadas, integração de dados e mecanismos de escala — para ampliar a implementação nos territórios e fortalecer a governança multiescalar.

2. Desafios mapeados

TIPO	DESAFIO
Engajamento municipal	Falta de instrumentos práticos para engajar consórcios e municípios na política de impacto.
Coordenação estatal	Dispersão de políticas locais e baixa integração com estratégias estaduais.
Capacidade técnica	Escassez de equipes e recursos técnicos nos municípios.
Integração nacional	Necessidade de alinhar políticas estaduais e municipais à Enimpecto e suas diretrizes.

3. Ações estratégicas e entregas

Promover oficinas de engajamento com consórcios e municípios.

ENTREGAS

3 oficinas regionais (2025.2); relatório consolidado de prioridades territoriais (2026.1).

INDICADORES

nº de oficinas realizadas; nº de municípios/consórcios participantes.

Desenvolver instrumentos de cooperação

interfederativa.

ENTREGAS

proposta de modelo de cooperação elaborada (2025.2); assinatura de pelo menos 2 termos regionais (2026.1).

INDICADORES

nº de instrumentos firmados; nº de consórcios envolvidos.

Implementar pilotos regionais de política de impacto.

ENTREGAS

seleção de 2 territórios piloto (2025.2); execução e avaliação inicial dos pilotos (2026.1).

INDICADORES

nº de pilotos implementados; nº de negócios/municípios envolvidos.

Integrar economia de impacto às políticas setoriais municipais.

ENTREGAS

diagnóstico de políticas setoriais locais (2025.2); integração de pelo menos 1 política em cada território piloto (2026.1).

INDICADORES

nº de políticas setoriais integradas; nº de municípios que aderem.

4. Estratégias de implementação

- A. Engajar órgãos estaduais de planejamento e desenvolvimento, associações municipalistas e consórcios regionais em torno da agenda de impacto.
- B. Realizar oficinas como mecanismo de diagnóstico e pactuação.
- C. Criar pilotos regionais que funcionem como experiências-modelo para escalonamento.
- D. Integrar os resultados no Cadimacto (via GT6), garantindo conexão com o plano nacional.

5. Monitoramento

INDICADORES PRINCIPAIS:

nº de municípios participantes;
nº de consórcios engajados; nº de pilotos implementados.

INDICADORES DE PROCESSO:

nº de oficinas realizadas; nº de instrumentos de cooperação assinados.

FONTE:

relatórios de consórcios e associações municipalistas; Cadimacto.

6. Interfaces GTs

GT2 (NEGÓCIOS DE IMPACTO):

apoio aos empreendedores locais nos territórios.

GT5 (TERRITORIALIZAÇÃO):

integração da dimensão interfederativa com a implementação territorial.

GT6 (DADOS E MONITORAMENTO):

consolidação de informações municipais e regionais, com conexão ao Plano Decenal.

7. Riscos e premissas

RISCOS	PREMISSAS
baixa adesão dos municípios; fragilidade institucional de consórcios; mudanças políticas locais.	apoio da associação municipalista; interesse dos consórcios regionais; articulação federativa estimulada pela Enimacto.

GT6 – Eixo VI:

Fomento e Disseminação de Estudos e Pesquisas sobre Economia de Impacto

Objetivo	Fomentar estudos e pesquisas sobre economia de impacto no Ceará, consolidando evidências para orientar políticas públicas, fortalecer a governança da Enimpacto e apoiar a tomada de decisão de governos, organizações e empreendedores.
Co-lideranças	FUNCAP – Professor Raimundo Costa Representante: Professor Jorge Soares UFC – Professora Josimeire de Araújo Gomes
Organizações-membro	FUNCAP - Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico ICE – Instituto de Cidadania Empresarial SECITECE – Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior UFC - Universidade Federal do Ceará UECE - Universidade Estadual do Ceará

1. Contexto do GT

O Eixo VI é uma inovação do Ceará, criado pelo CENI para fortalecer a produção e disseminação de evidências sobre a economia de impacto. Sua função é estruturar a geração de dados, estudos e pesquisas aplicadas, consolidando informações que apoiam decisões de governo, organizações e empreendedores. Com isso, o eixo se torna transversal: apoia todos os demais GTs, promove integração com o Cadimpacto e institucionaliza a pesquisa aplicada como base para o desenvolvimento da política estadual.

2. Desafios mapeados

TIPO	DESAFIO
Dados	Escassez de informações atualizadas e confiáveis sobre negócios de impacto.
Integração institucional	Baixa articulação entre universidades, governo e sociedade civil.
Institucionalização	Falta de programas permanentes de pesquisa aplicada em políticas públicas.
Disseminação	Fragilidade na tradução de evidências em recomendações para políticas e estratégias.

3. Ações estratégicas e entregas

Criar observatório estadual de economia de impacto.

ENTREGAS	projeto institucional elaborado (2025.2); observatório em funcionamento (2026.1).
INDICADORES	nº de relatórios publicados; nº de acessos/utilizações da plataforma.

Promover editais de pesquisa aplicada e inovação social.

ENTREGAS

lançamento de edital piloto (2025.2); ao menos 3 pesquisas concluídas (2026.1).

INDICADORES

nº de pesquisas apoiadas; nº de artigos/relatórios produzidos.

Consolidar rede de pesquisadores e centros de referência.

ENTREGAS

rede criada com adesão de universidades (2025.2); 2 encontros anuais realizados (2026.1).

INDICADORES

nº de instituições participantes; nº de encontros realizados.

Disseminar evidências para políticas e decisões de mercado.

ENTREGAS

publicação de relatório anual de impacto (2025.2); 2 eventos de disseminação realizados (2026.1).

INDICADORES

nº de relatórios publicados; nº de participantes em eventos.

4. Estratégias de implementação

- A. Articular com universidades, fundações de pesquisa, órgãos estaduais e organizações do ecossistema para institucionalizar programas.
- B. Estimular a cooperação internacional e a troca de boas práticas em pesquisa aplicada em Economia de Impacto.
- C. Garantir que dados e evidências alimentem o Simpacto, sob coordenação compartilhada com GT5.

5. Monitoramento

INDICADORES PRINCIPAIS:

nº de pesquisas concluídas; nº de relatórios publicados; nº de dados integrados ao Cadimpacto; nº de organizações que utilizam evidências.

INDICADORES DE PROCESSO:

nº de editais lançados; nº de eventos de disseminação realizados.

FONTE: relatórios do observatório; bases de universidades; Cadimpacto.

6. Interfaces GTs

GT1 (ACESSO A CAPITAL):

evidências sobre acesso a crédito e investimentos.

GT2 (NEGÓCIOS DE IMPACTO):

estudos sobre perfil e maturidade dos negócios.

GT5 (TERRITORIALIZAÇÃO):

dados regionais e municipais para orientar políticas.

GT6 (DADOS E MONITORAMENTO):

integração de todas as informações no Cadimpacto.

7. Riscos e premissas

RISCOS

baixa adesão das universidades; falta de financiamento para pesquisas; dificuldade de transformar dados em decisões práticas.

PREMISSAS

apoio da FUNCAP e universidades; interesse do ecossistema em utilizar evidências; integração ao plano nacional via Cadimpacto.

APÊNDICE

Quadro consolidado do Plano de Trabalho

Eixo (GT)	Objetivo central	Desafios principais	Ações estratégicas / Entregas 2025-2026	Interfaces entre os GTs
I. Acesso a Capital	Ampliar a oferta de crédito e instrumentos financeiros para negócios de impacto	Ausência de produtos financeiros adequados; interiorização limitada; burocracia de acesso	Linhas de crédito diferenciadas; instrumentos híbridos (blended finance); fortalecimento de bancos comunitários; editais setoriais (energia, bioeconomia, turismo)	GT2 (Negócios), GT4 (Normativo), GT6 (Dados)
II. Aumento do número de Negócios de Impacto	Ampliar o número de negócios de impacto com inclusão territorial e social	Baixa maturidade; concentração em Fortaleza; falta de apoio contínuo; dificuldade de acesso a mercados	Programas de incubação/aceleração; trilhas formativas; interiorização em 3 regiões; pilotos de compras públicas e cadeias produtivas	GT1 (Capital), GT3 (Intermediárias), GT5 (Interfederativo), GT6 (Dados)
III Fortalecimento das organizações Intermediárias	Fortalecer organizações de apoio (incubadoras, hubs, aceleradoras), garantindo sustentabilidade financeira e presença territorial	Sustentabilidade frágil; concentração em Fortaleza; ausência de métricas comuns	Fundo/programa de apoio às intermediárias; trilhas de capacitação; rede estadual de intermediárias; interiorização da atuação	GT2 (Negócios), GT5 (Interfederativo), GT6 (Dados)
IV. Promoção de Ambiente Institucional e Normativo favorável aos investimentos e Negócios de Impacto	Consolidar ambiente institucional e normativo favorável, com normas claras e incentivos	Burocracia excessiva; ausência de incentivos fiscais; baixa integração normativa	Normas complementares da Lei 17.671/2021 (enquadramento, adesão municipal, incentivos, integração de dados); simplificação de regras; harmonização normativa com Enimpecto	GT1 (Capital), GT2 (Negócios), GT5 (Interfederativo), GT6 (Dados)
V. Articulação Interfederativa com estados e município no fomento à Economia de Impacto	Territorializar a política em municípios e consórcios regionais	Baixo engajamento municipal; dispersão de políticas locais; fragilidade técnica	Oficinas regionais; instrumentos de cooperação; 2 territórios-piloto; integração da economia de impacto em políticas municipais	GT2 (Negócios), GT4 (Normativo), GT6 (Dados)
VI. Fomento e Disseminação de Estudos e Pesquisas sobre Economia de Impacto	Produzir e disseminar evidências para orientar políticas e decisões	Escassez de dados; baixa articulação entre governo e universidades; ausência de pesquisa aplicada permanente	Observatório estadual; editais de pesquisa aplicada; rede de pesquisadores; relatório anual de impacto; eventos de disseminação	Apoio transversal a todos os GTs



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS

